



Agenda climática procura alento em

União Europeia pouco interessada em prolongar o protocolo de Quioto sem os EUA e China.

Luís Rego, em Bruxelas
luis.rego@economico.pt

Ao contrário do que ocorreu em Copenhaga há um ano, as expectativas de um grande acordo global e vinculativo na Conferência das Nações Unidas para o Clima que decorre em Cancún (México) são rigorosamente nulas. Porém, há pequenos avanços que poderão renovar alguma da esperança na luta contra as alterações climáticas perdida na capital dinamarquesa: um acordo para diminuir a desflorestação, montar um sistema de verificação de projectos ambientais ou operacionalizar o fundo 'verde' de 100 mil milhões de dólares até 2020 para ajudar os países menos desenvolvidos a usar tecnologias limpas, lan-

çado em Copenhaga.

Um dos temas que pode animar a cimeira é a pressão dos países insulares para que a UE aceite prolongar o protocolo de Quioto, cuja primeira fase expira em 2012. Mas os países envolvidos representam apenas 30% das emissões mundiais. "A UE deve impor condições para evitar que Quioto seja um clube de Bruxelas", diz a eurodeputada portuguesa Maria da Graça Carvalho, que vai estar presente na cidade mexicana. Para os europeus mais importante que continuar Quioto é alargá-lo, ainda que num acordo mais "flexível".

A incapacidade dos EUA adoptarem um plano ambicioso de redução de emissões poluentes impede outros blocos

Um dos temas que pode animar a cimeira é a pressão dos países insulares para que a UE aceite prolongar o protocolo de Quioto, cuja primeira fase expira em 2012.

de se converterem a esta agenda. E no entanto, a terra move-se: os diagnósticos científicos não melhoraram. Os cientistas calculam que o planeta está encaminhado para chegar a 2100 com um aumento da temperatura global bem superior a dois graus célsius, esperando consequências catastróficas para a sobrevivência de muitas espécies, longos períodos de secas e uma enorme subida do nível das águas com o degelo nos pólos.

"É este desencanto que torna esta reunião muito importante para retomar o ânimo das negociações, recuperar o espírito que havia em Copenhaga e repor o papel importante das Nações Unidas, que ficou manchado pelo acordo cozinhado por alguns estados,

pondo de lado imenso trabalho que tinha sido feito", explica Graça Carvalho.

Copenhaga podia ter sido o embrião da governação global mas esse objectivo falhou quando os EUA reuniram as grandes potências e fizeram um acordo de mínimos, sem metas. Se há um ano estiveram cerca de 120 chefes de estado na enregelada Copenhaga, em 2011 apenas 20 líderes contam ir até à solarenga Cancún. Marisa Matias, outra eurodeputada portuguesa que estará no México, defende que "se não houve alterações na evidência científica o que há é falta de coragem e vamos a medo a Cancún. A desistência não pode ser uma opção".

Longe da antiga ambição de elevar o corte de emissões



Cancún

de 20% para 30% em 2020, a UE está preocupada com os abusos na utilização do mecanismo de desenvolvimento limpo, que permite a países reduzir o seu excesso de emissões com projectos limpos nos países em vias de desenvolvimento. E denuncia o caso da China que o está a usar em projectos de destruição de gases industriais. Limitar este abuso é uma das condições para negociar o prolongamento de Quioto. A deputada Graça Carvalho sugere ainda outra: dar um tratamento especial às indústrias pesadas, de forma transnacional como se faz com as florestas. Seria uma forma de garantir que estas indústrias não fogem da Europa para poluir noutras paragens. ■

TRÊS PERGUNTAS A...



CHRISTIAN EGENHOFER

Senior researcher do CEPS

Acordo global de limite às emissões já não é possível

A cimeira climática, a decorrer em Cancún até 10 de Dezembro, não deverá produzir resultados práticos, diz Christian Egenhofer, investigador do think tank bruxelense CEPS.

Depois do falhanço de Copenhaga, o que espera de Cancún?

Nada de especial. Desde o Verão que ficou claro para todos não ser possível um acordo substantivo. Sobretudo desde que os EUA afastaram a ideia de criar um sistema de limite emissões e mercado de licenças. Por isso tem havido um esforço para baixar as expectativas.

Não há acordos sectoriais?

Vão tentar fazer progressos em questões parciais, como o 'start up finance' - que é difícil mas possível - a desflorestação, a adaptação, a tecnologia.

Antes de Copenhaga parecia que a luta às alterações climáticas ia liderar a governança global. Desde então fez-se algum progresso?

Em Copenhaga dissemos o que devia ser feito, mas não há forma de juntar os países que ratificaram e não ratificaram Quioto. Esse processo está totalmente parado.

O objectivo de um acordo vinculativo está afastado?

Julgo que sim. Os EUA não estão disponíveis e sem eles a China não se mexe. Os dois representam mais de metade das emissões do planeta.

Os EUA encabeçam a lista de culpados?

Infelizmente, é mais fundamental que isso. O que está em causa é que este tipo de soluções de cima para baixo [de redução das emissões, como foi Quioto] não vai funcionar nunca. É muito rígido. Quando a população cresce ou quando a economia acelera isso significa muito mais emissões e por isso fixar limites globais cria problemas na implementação.

Mesmo que o aceitem, os países não cumprem os limites.

E se o diálogo global sobre ambiente continuar a este ritmo é o fim do mundo?

Hoje se os compromissos actuais dos vários países do mundo se cumprirmos - o que é optimista - estamos bem encaminhados para ter um aumento da temperatura da terra em 3,5 graus até 2100. É um desastre total. ■ L. R.